



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º DE 2021
(Da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle)

Solicita informações ao Ministério da Saúde sobre informações de que a comunicação do governo federal negou compra de 43 milhões de doses de vacinas da Covax.

Senhor Presidente,

Solicita-se a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno desta Casa, ouvida a Mesa, que sejam solicitadas as seguintes informações:

- i. ao Ministério da Saúde sobre o Governo Federal ter negado compra de 43 milhões de doses de vacinas da Covax.

Incumbe salientar que as informações solicitadas decorrem da aprovação do **Requerimento nº 123/2021 – CFFC** (cópia anexa), de autoria do Deputado Leo de Brito (PT/AC), subscrito pelos Deputados Kim Kataguirí, Elias Vaz e Jorge Solla, aprovado pelo plenário desta Comissão, em reunião extraordinária do dia 23/06/2021.

Sala da Comissão, 24 de junho de 2021.

Deputado Aureo Ribeiro
Presidente





ANEXO

REQUERIMENTO Nº 123 , DE 2021

(Do Sr. Deputado LEO DE BRITO)

Solicita informações ao Ministério da Saúde sobre informações de que a comunicação do governo federal negou compra de 43 milhões de doses de vacinas da Covax.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115 e 116 no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sejam solicitadas informações ao Ministério da Saúde sobre informações de que a comunicação do governo federal negou compra de 43 milhões de doses de vacinas da Covax.

JUSTIFICAÇÃO

Em 10 de junho deste ano, a UOL1 divulgou que o Brasil optou por não aderir à proposta de acesso a 86 milhões de doses da Covax e comprou apenas 43 milhões, suficiente para imunizar só 10% dos brasileiros. A entidade, que administra a Covax Facility, havia feito a sugestão no primeiro semestre de 2020, pensando em uma estratégia para garantir a imunização de 20% dos brasileiros.

Segundo um telegrama sigiloso entre o Itamaraty e a missão do Brasil em Genebra, o Itamaraty deixa claro que existiam diversas vantagens para o Brasil se o





país optasse por fazer parte do projeto, principalmente no que se refere a um "contraponto a negociações bilaterais com empresas farmacêuticas".

No telegrama, o Itamaraty reconhece que o mecanismo daria "acesso a futuras vacinas contra a covid-19 a preços inferior aos do mercado". "O mesmo mecanismo serviria para compartilhar riscos entre maior número de países e, ao mesmo tempo, enviar sinais aos desenvolvedores/produtores de que haverá mercado para venda das futuras vacinas". Apontou.

Dessa forma, faz-se necessário a busca de mais informações do Ministério da Saúde, para que informe a esta casa sobre qual motivo de recusa da compra de 43 milhões de doses de vacinas da Covax.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 2021.

Deputado LEO DE BRITO (PT/AC)

